

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O(S) LUGAR(ES) DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Letícia Ramos Universidade de Pernambuco- UPE E-mail: leticiaramos.pe@gmail.com

Resumo: Trata-se de um estudo que abordou o ensino de Sociologia e a forma de avaliação da aprendizagem, que vem sendo disponibilizada para a produção do conhecimento em sala de aula no ensino médio. Através de pesquisa qualitativa envolvendo atividades de pesquisa bibliográfica e de campo, bem como utilizando o método de pesquisa-ação, de entrevistas semiestruturadas e de rodas de discussões, procurou-se conhecer quais os tipos de avaliação da aprendizagem que vem sendo utilizados para verificar o grau de aprendizagem e compreensão dos estudantes com os conteúdos de Sociologia em cada unidade didática. Os resultados revelam que, os critérios de avaliação que vêm sendo utilizados nas aulas de Sociologia precisam ser revistos, pois há predominância de uma avaliação tradicional centrada no resultado e na nota, o que não é condizente com o tipo de avaliação crítica, reflexiva e emancipatória, prescrita para o ensino de Sociologia. Considera-se pertinente promover uma análise crítica dos critérios e instrumentos de avaliação, bem como a adequação entre os conteúdos trabalhados e as atividades propostas no eixo curricular dessa disciplina em sala de aula, a fim de que a prática de avaliação possa contribuir significativamente à promoção de mudanças e melhoria da qualidade do ensino de Sociologia. Sugere-se a formação continuada como caminho à melhoria dessa prática nas escolas pesquisadas, por ser esta, considerada um mecanismo viabilizador de integração curricular e de melhoria da práxis educativa da Sociologia no Ensino Médio.

Palavras chaves: Ensino Médio, Sociologia, Avaliação da Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Face às inúmeras mudanças que vêm sendo implementadas na educação do país com as reformas curriculares, o foco das discussões tanto no Ensino Superior como na Educação Básica tem sido os desafios postos à formação e profissionalização docente com vistas a adequação da prática pedagógica às exigências da globalização, do avanço da tecnologia e das diversas formas de comunicação e informação presentes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, dentre os indicadores que vêm sendo objeto de reflexão e estudo, encontra-se o ensino de Sociologia e a forma de avaliação da aprendizagem que vem sendo disponibilizada à produção do conhecimento nesse componente curricular em sala de aula.

A avaliação da aprendizagem aparece aqui associada a critérios avaliativos, definidos com foco na perspectiva, de levar o estudante a "aprender a pensar sociologicamente - por outras palavras, olhar mais além – significa cultivar a imaginação. Estudar Sociologia não pode ser



simplesmente um processo rotineiro de acumulação de conhecimentos" (GIDDENS, 2005, p. 26). Embasando-se nessa perspectiva, busca-se,

acompanhar os processos de aprendizagem escolar, trazendo compreensão sobre como eles estão se concretizando, oferecendo informações relevantes para o próprio desenvolvimento do ensino na sala de aula em seu dia a dia, para o planejamento e replanejamento contínuo da atividade de professores e alunos, como para a aferição de graus (GATTI, 2011, p. 52).

. Partindo desse entendimento e concordando com Saviani (2003) quando ressalta que "a avaliação da aprendizagem tem caráter qualitativo e contínuo, por permitir a auto avaliação, o planejamento e replanejamento do ensino sempre que necessário", provocar uma reflexão em torno da prática de avaliação no ensino de Sociologia, parece ser de relevância pois a avaliação aqui abordada deve também, ser considerada como instrumento que subsidiará tanto o estudante no seu desenvolvimento cognitivo, quanto ao professor no redimensionamento de sua prática pedagógica

Desta forma, embasadas na Lei 11.684 de 02 de junho de 2008, que versa sobre a obrigatoriedade da presença do ensino da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio, remetemos a atenção para o processo de ensino dessa disciplina na tentativa de nesse estudo, buscar respostas para o seguinte questionamento: será que apenas uma aula semanal na disciplina de Sociologia no ensino médio, assegura a vivência de uma avaliação que leve o estudante a pensar sociologicamente?.

Considerando a "Avaliação da Aprendizagem1" como componente obrigatório no processo de ensino, de todos os componentes curriculares do ensino médio, a qual objetiva a verificação e a qualificação de resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos delineados e com a orientação das atividades didático-pedagógicas da disciplina de Sociologia no ensino médio, traz grande contribuição.

Sendo assim, tal fato nos revela que a avaliação nesta perspectiva, considera também, nos diversos momentos do processo de ensino, alguns indicadores como tarefas da avaliação: i) a verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, por meio da aplicação de provas, exercícios e meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas e atividades práticas; ii) a qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e à atribuição de notas ou conceitos; iii) a apreciação qualitativa: avaliação propriamente dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

¹Entendida como processo, rompendo definitivamente com os pressupostos de controle e disciplina, há certa urgência em buscar o desenvolvimento de um diálogo. Ou seja, contextualizar a discussão da avaliação da aprendizagem como parte integrante e não isolada do currículo (BRASIL,2007,p.18-20).



Desse modo, este artigo expõe os resultados de uma análise realizada junto a oito professores de quatro (04) escolas estaduais localizadas no interior do Estado de Pernambuco, com o objetivo de endossar o debate acerca da trajetória de mudanças curriculares que vêm sendo propostas para o ensino médio da década de 1990 aos dias atuais e, em especial, para compreender como o ensino de Sociologia vem situando a avaliação da aprendizagem, dada a relevância desta para o desenvolvimento profissional e a formação do estudante protagonista.

A proposta de avaliação da aprendizagem no ensino de Sociologia

A Sociologia ao ser definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/96) em seu art. 36 alterado pela Lei nº 11.684/08² como componente curricular obrigatório, apresenta para a prática docente a responsabilidade de planejar um ensino que, contribua à melhoria da aprendizagem do estudante e para o atendimento às demandas da sociedade contemporânea refletidas na escola pelo avanço da ciência e da tecnologia.

Cabe aqui lembrar que, o ensino de Sociologia, tem sido marcado por uma história de idas e vindas dentro do currículo das escolas de ensino médio, com carga horária reduzida e, muitas vezes servindo apenas de paliativo para que, professores de áreas distintas, possam complementar carga horaria, o processo de ensino dessa disciplina tem deixado lacunas em seu campo epistemológico no cotidiano escolar.

É fato que, tal situação é apontada como a causa das incertezas vivenciadas pelos professores deste componente curricular no que diz respeito à ausência de referenciais curriculares, pois mesmo com as sugestões encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2002) – PCN's – e nas Orientações Curriculares Nacionais (2006) – OCN's – não há uma unanimidade sobre o que deve ser ensinado, também quanto aos objetivos da disciplina no Ensino Médio somada a uma bibliografia ainda escassa e a falta de uma tradição pedagógica.

Nesse contexto, Moraes (2003) afirma que, "a educação, como objeto ou campo de atuação, há muito vem passando por um processo de desvalorização, não só entre cientistas sociais, mas também quanto ao que se refere ao nível básico" (p. 10). No entanto é preciso repensar essa situação de incertezas no ensino de Sociologia, uma vez que com o avanço da tecnologia e da ciência, novas formas de ensinar e aprender estão sendo disponibilizadas e, com elas, novas

² Estabelece que as diretrizes e bases da educação nacional, passa a incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio".



situações de produção do conhecimento precisam ser gestadas, pois os estudantes mudaram e para atender as demandas sociais do entorno em que vivem, necessitam de uma formação pautada no desenvolvimento do pensamento científico e nas aprendizagens fundamentais que, segundo Delors (2000) representam as bases para a vida na sociedade do século XXI "aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender conviver e a ser".

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo utilizou-se a pesquisa qualitativa³ do tipo bibliográfica e, nesse caso, foram realizadas buscas e leituras intensas acerca do tema em questão a fim de se colher o máximo de informações possíveis. A busca englobou livros, artigos científicos, anais de congressos e a legislação educacional que tratam do tema. O intuito de uma pesquisa bibliográfica é colocar o cientista em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto, inclusive através de conferências (LAKATOS E MARCONI, 1996).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas⁴, via áudio, envolvendo professores/as de quatro (04) escolas estaduais de Ensino Médio localizadas no interior do Estado de Pernambuco, sendo dois (02) professores/as da disciplina de Sociologia de cada uma dessas escolas, as quais localizam-se na área urbana do município de Garanhuns, perfazendo um total geral de oito (08) professores/as entrevistados/as. Procurou-se no estudo, conhecer como vem sendo concebida a avaliação da aprendizagem no eixo curricular da disciplina de Sociologia e, nesse caso, além de entrevistas e conversas informais in "LÓCUS", utilizamos como indicadores de resultados: i) pesquisa bibliográfica; ii) pesquisa de campo através de entrevistas via áudio; iii) técnicas de leitura, compreensão e interpretação e análise comparativa dos dados das entrevistas coletadas visando a organização dos resultados através de gráficos estatísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo do pressuposto de que, um dos maiores desafios postos para a escola de ensino médio no contexto atual é, considerar em seu eixo curricular, o desenvolvimento do pensamento científico e de bons rendimentos na aprendizagem dos estudantes, procurou-se conhecer primeiro,

³ Creswell (2010, p. 43) define a abordagem qualitativa como sendo "um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano"

⁴ Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]" além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Idem, Ibidem, p. 152).



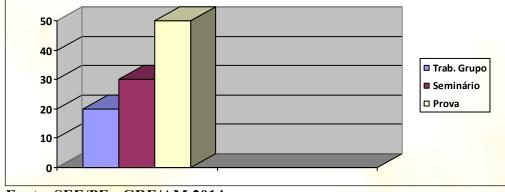
como vêm sendo concebido o processo de avaliação e os impactos provocados à construção da aprendizagem no ensino de Sociologia.

Em entrevista via áudio, realizada nas escolas de ensino médio objeto de estudo nessa pesquisa, os resultados revelaram que, a prática de avaliação, utilizada nas aulas dos professores entrevistados, dar-se através de testes escritos e/ou trabalhos em grupos. A justificativa para essa constatação foi a de que, por ser apenas uma hora/aula de 50minutos, disponibilizada para a disciplina Sociologia na semana, torna-se difícil realizar avaliações através de seminários, pesquisas bibliográficas e projetos interdisciplinares.

Nesse caso, os professores alegaram serem bastante limitadas, às possibilidades de avaliação da aprendizagem dos estudantes de ensino médio, pelo viés da proposta de avaliação que vem sendo defendida nos referenciais curriculares nacionais e estaduais de Sociologia.

Para 100% dos professores entrevistados, a carga horária disponibilizada é muito reduzida, o que dificulta a vivência de um processo de avaliação da aprendizagem pautada por seminários, painéis integrados e/ou projetos interdisciplinares. Sendo apenas possível a avaliação mensal ou bimestral. Por outro lado, os estudantes respondem a questões em grupos e se essa atividade for avaliativa e tiver o critério de apresentação de trabalho e/ou seminário, apenas um estudante é escolhido para apresentar a atividade. No gráfico abaixo relacionado, observamos os tipos de atividades mais frequentes desenvolvidas pelos professores como práticas de avaliação.

Gráfico 1 Atividades de Avaliação da Aprendizagem no Componente Curricular de Sociologia



Fonte: SEE/PE - GRE/AM 2014

De acordo com o conjunto das respostas dos professores participantes, percebemos que 50% dos entrevistados das quatro escolas utilizam a prova como instrumento de avaliação na disciplina Sociologia envolvendo conteúdos da unidade. Como justificativa, os professores alegaram que



devido ao pouco tempo de aula, a prova bimestral tem sido apontada como o melhor caminho para ver se os estudantes realmente aprenderam os conteúdos de Sociologia.

No conjunto das respostas desses professores, nota-se que além da utilização da prova como instrumento de avaliação, utilizam também o *trabalho em grupo* (20%) e o **seminário** (30%) durante as aulas.

Os professores alegaram que há muita dificuldade para trabalhar com atividades desafiadoras com os estudantes porque, em sua maioria, são limitados e não tem interesse em estudar, argumentar, pensar cientificamente e se desafiar em seu processo de aprendizagem.

Assim, os resultados apontam que, os professores entrevistados vêm adotando critérios de avaliação que priorizam a aplicação de uma prova ao final de cada unidade didática de aulas. É fato, porém que, essa perspectiva de avaliação não é condizente com o componente curricular de Sociologia, uma vez que esta tem a função de aguçar a criticidade e criatividade dos estudantes e, por isso, devem-se buscar meios no ensino de aproximar o estudante da forma como a aprendizagem é construída e socializada, a fim de que possa ajuda-lo "a ler, interpretar e aprender com criticidade os conteúdos, problematizando o conhecimento e expondo suas ideias e opiniões" (SIMÕES, 2006).

Nos relatos dos professores, nota-se uma grande preocupação com o que e, como ensinar. No entanto, esta preocupação não parece ser associada, pelos professores, a questões que envolvam a formação. Em nenhum momento os professores relacionaram as dificuldades apresentadas, a carências em sua formação. Mas, alegaram em todas as entrevistas, a ausência de interesse dos estudantes com os estudos e, em alguns casos, que utilizam a avaliação para obter disciplina nas aulas. Embora defendam a avaliação numa perspectiva democrática, integradora e acolhedora, nota-se que ainda prevalece uma concepção reducionista de avaliação.

Esse caráter reducionista se revela de diversas formas, onde por um lado, privilegia apenas os resultados finais da aprendizagem do estudante, desconsiderando os processos de construção do pensamento. Os resultados finalísticos obtidos pelos alunos continuam sendo os principais alvos das práticas avaliativas nas escolas, independentemente do nível de conhecimentos e habilidades iniciais dos estudantes.

É considerado também um ponto de partida único, como se todos os aprendizes que formam o grupo-classe tivessem, de forma homogênea, os mesmos conhecimentos e o mesmo nível de desenvolvimento de habilidades.



Outra manifestação desse reducionismo está na utilização de instrumentos únicos, e em momentos também únicos de avaliação, com vistas a verificar, exclusivamente, o nível de retenção e acumulação de informações relativas a determinado conteúdo de estudo. O processo avaliativo com tais características, tendem a colaborar para um processo antidemocrático das relações entre objetivos educacionais e avaliação, porque diminui as possibilidades de verificar, de forma mais ampla e variada, a apropriação dos conteúdos pelos alunos, e o que falta para que estes possam alcançar os objetivos de aprendizagens

Diante disto, está colocado o desafio de interferir na qualidade social do processo educativo que ela desenvolve. O que implica, sem sombra de dúvida, em profundas mudanças no modo de pensar e operacionalizar as relações existentes entre os componentes constitutivos desse processo, quais sejam: princípios, objetivos, conteúdos, métodos, recursos, avaliação na disciplina de Sociologia

Segundo Luckesi⁵, avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo ensino-aprendizagem que auxiliam a tomada de decisões sobre o trabalho desenvolvido. Referem-se esses dados relevantes às várias manifestações didáticas nas quais professor e estudantes empenham-se em atingir os objetivos de ensino. A apreciação qualitativa desses dados, mediante análise de provas, exercícios, respostas dos estudantes, realização de tarefas, debates, seminários, dentre outros, permite tomadas de decisões quanto às etapas subsequentes.

Assim a avaliação é vista como processo amplo e maduro, que ultrapassa um enfoque supostamente científico e voltado para a coleta de informação apenas, para envolver aspectos humanos, políticos, socioculturais e contextuais, que considera a negociação o ponto chave da integração. Dessa forma, são consideradas as percepções, preocupações, construções e valores dos envolvidos na avaliação, tais como: dignidade, integridade e privacidade, para garantir a participação deles na elaboração de métodos de abordagem do processo.

Observando os resultados das escolas, percebe-se que a avaliação que vem sendo utilizada nas aulas de Sociologia, precisam ser revistas, pois a predominância é de uma avaliação tradicional centrada no resultado e na nota, ou seja, para que se obtenha uma nota, o que não é condizente com o tipo de avaliação prescrita para o ensino de Sociologia, isto é, uma avaliação crítica, reflexiva e emancipatória.

Na realidade, a forma como os professores entrevistados vêm trabalhando a avaliação na disciplina de Sociologia, assume a marca da concepção reducionista de avaliação, a qual tem se

-

⁵ LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.



preocupado mais em selecionar e classificar os estudantes, em aptos e não aptos no processo de ensino-aprendizagem, através de uma prova no final de cada bimestre. Os considerados aptos, aqueles que chegam até o final do processo com melhores desempenhos, assim chegam, muitas vezes, por mérito próprio e/ou por ajuda externa ao processo escolar. Não se percebe a determinação de uma intervenção pedagógica mais consistente e sistemática por parte do coletivo dos professores no sentido de oferecer meios para que o conjunto dos estudantes supere, gradativamente, suas limitações no processo de aprendizagem. A ausência desse tipo de intervenção é, portanto, uma forma mascarada de exclusão escolar.

Por essas características, a concepção reducionista de avaliação revela-se na prática como antidemocrática, por seu autoritarismo e por sua negação ao que é mais fundamental num processo de ensino-aprendizagem: oferecer diversos meios e formas para a superação dos limites individuais e coletivos na apropriação de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos.

Revela-se também como não acolhedora porque, quase sempre, ao partir de uma situação ideal de estudante incorre-se na negação do estágio de aprendizagem em que esses se encontram. Nesse sentido, para Luckesi (2000, p.07) o ato de avaliar pressupõe o acolhimento do estudante que significa:

a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais. Acolhê-la como está é o ponto de partida para se fazer qualquer coisa que possa ser feita com ela. Avaliar um educando implica, antes de mais nada, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer"

Isso pressupõe pensar a avaliação sob o caráter integrador e sistêmico, de modo a monitorar de forma sistemática as ações de todos os sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no contexto das aulas de Sociologia.

Nesse monitoramento, a avaliação assume uma função diagnóstica com o objetivo de identificar a real situação, para, em seguida, atribuir um significado positivo ou negativo ao objeto que se avalia, e tomar uma decisão sobre o que fazer com os resultados obtidos (Luckesi, 2000). Portanto, a avaliação significa uma real predisposição à transformação e à mudança.

No que se relaciona à avaliação da aprendizagem, especificamente no ensino de Sociologia, as escolas entrevistadas não assumem a avaliação processual e contínua, que significa diagnosticar o nível de partida dos estudantes, ou seja, suas habilidades iniciais e seus conhecimentos prévios; o nível de desenvolvimento dos estudantes e o nível de chegada destes. Portanto, nos interessa, além



dos resultados da aprendizagem, os processos mentais e estratégias concretas desenvolvidos pelos alunos para se chegar nesses resultados.

Todas as escolas entrevistadas precisam se perguntar que resultados de aprendizagem devemos estar avaliando em Sociologia? O conhecimento ou as habilidades e atitudes? Quando se compreende que a apropriação de conhecimentos pelos alunos se revela no desenvolvimento de habilidades e atitudes (TALIZINA, 1984), então são essas que precisam ser avaliadas no processo de aprendizagem. Essas habilidades se expressam nos objetivos de aprendizagem, orientadores do ensino, o que nos dá a idéia da profunda relação entre objetivos e avaliação, e quanto é fundamental a explicitação desses componentes na proposta curricular, e, por decorrência, a sua derivação nos planos de ensino.

Nessa perspectiva, a tomada de decisão por parte do professor dos critérios e dos instrumentos de avaliação, a proposição de ações para o redirecionamento da aprendizagem, requerem clareza em três aspectos fundamentais: nos objetivos de aprendizagem, entendendo-os como as habilidades lógicas e/ou manuais, conforme citado anteriormente; nos conceitos e procedimentos fundamentais que alunos precisam se apropriar para atingir os objetivos; nas atividades que mais colaboram para a expectativa de desempenho definidos em relação aos alunos (LUCKESI, 2000, p.10).

Existe, então, uma relação fundamental entre objetivos-conteúdos-métodos-avaliação que não pode ser desconsiderada sob pena de reduzir e isolar os componentes do processo ensino-aprendizagem e se perder sua visão de conjunto.

CONCLUSÕES

Pensar nos critérios de avaliação para o ensino de Sociologia, passa entre outras questões, pelo entendimento de que a avaliação deve servir como instrumento que propicia a aprendizagem do estudante, o que implica em o professor assumir a concepção de que essa atividade não tem fim em si mesmo, mas que propicia continuamente ao educando, a possibilidade de confrontar seus conhecimentos e (re) construí-los.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem passa a ser um instrumento que auxiliará o educador a atingir os objetivos propostos em sua prática educativa, pois a avaliação sob essa ótica deve ser tomada na perspectiva diagnóstica, servindo como mecanismo para detectar as dificuldades e possibilidades de desenvolvimento do estudante.



A exposição dos fundamentos dessa concepção de avaliação é importante por provocar uma reflexão sobre a prática avaliativa que vem predominando no ensino de Sociologia, sobretudo, nas escolas de Pernambuco objeto de estudo nesse trabalho.

No entanto, sabemos que mudanças profundas nessa prática exigem outras atitudes frente ao processo de avaliação, que contemplem metas e ações para democratização do ensino nesse processo. Assim, considera-se pertinente promover uma análise crítica dos critérios e instrumentos de avaliação, bem como a adequação entre os conteúdos trabalhados e as atividades propostas, a fim de que a prática de avaliação possa contribuir significativamente na promoção de mudanças e melhoria da qualidade do ensino de Sociologia. Sugere-se a formação continuada como caminho à melhoria dessa prática nas escolas pesquisadas, por ser esta, considerada um mecanismo viabilizador de integração curricular e de melhoria da práxis educativa em Sociologia no Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei n.º 9394, de 20.12.96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", in Diário da União, ano CXXXIV, 1996.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GIDDENS, ANTHONY. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

HOFFAMANN, Jussara. *Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?* In. Revista Pátio. Porto Alegre: Artmed. Ano 3, nº 12, fevereiro/abril, 2000.

. Avaliação da aprendizagem escolar. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORAES, R. Educar pela pesquisa: exercício de aprender a aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002

RAMOS, M. G. Educar pela pesquisa é educar para a argumentação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 25-49.



SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática e reformulação de currículo.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 8 ed.São Paulo: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea.)

TALÍZINA, Nina F. *Conferencias sobre "Los fundamentos de la enseñanza en la educación superior"*. Ciudad de Habana/Cu: Universidad de Habana/Departamento de Estudios para el perfeccionamento de la educación superior, 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.